

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A ATP Tecnologia e Produtos S/A é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em três de dezembro de 1993 com o objetivo de prestar serviços a instituições financeiras. Seu foco está voltado para soluções terceirizadas ou compartilhadas nas áreas de processamento eletrônico de documentos, transmissão de dados por meios eletrônicos, retaguarda de serviços bancários e desenvolvimento de

recursos humanos. As demonstrações contábeis da ATP S/A foram elaboradas considerando as técnicas contábeis usualmente aceitas e auditadas pela BAKER TILLY BRASIL – Auditores Independentes, inscrita no CNPJ (MF) nº 26.230.862/0001-02, que emitiu parecer atestando a lisura de suas informações. As referidas demonstrações, também, foram analisadas pelo Conselho Fiscal da ATP S/A que, por sua vez emitiu parecer

positivo sobre sua confecção. Os pareceres mencionados encontram-se arquivados na sede da companhia à disposição das partes interessadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)					
ATIVO	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	262	516	262	517
Títulos e valores mobiliários	4	37.509	38.339	51.464	51.309
Contas a receber	5	7.596	8.029	7.596	8.292
Estoques		81	87	81	87
Tributos a recuperar		4.898	2.809	5.947	3.676
Outros créditos		577	711	598	710
Despesas do exercício seguinte		453	436	499	436
Total do ativo circulante		51.376	50.927	66.447	65.027
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar		108	108	108	108
Depósitos judiciais e cauções	6	17.927	16.154	17.927	16.154
Contas a receber partes relacionadas	7	66.813	64.919	60.525	60.411
		84.848	81.181	78.560	76.673
Investimentos	8	7.126	8.548	6	6
Imobilizado líquido	9	15.452	26.018	15.452	26.018
Intangível líquido		12	107	12	107
		22.590	34.676	15.470	26.125
Total do ativo não circulante		107.438	115.854	94.030	102.798
Total do ativo		158.814	166.781	160.477	167.825

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	20.593	17.768	20.593	17.768
Fornecedores	11	2.204	2.571	2.257	2.573
Obrigações trabalhistas	12	5.598	6.577	5.921	6.604
Obrigações tributárias	13	3.863	4.824	4.302	4.959
Dividendos a pagar	17	247	-	247	-
Outras contas a pagar	14	446	1.609	448	1.609
Total circulante		32.951	33.349	33.768	33.519
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	26.172	32.452	26.172	32.452
Obrigações trabalhistas	12	-	5.050	-	5.050
Obrigações tributárias	13	7.622	4.149	7.688	4.254
Desajuste em controlada	8	-	-	780	775
Provisão para demandas judiciais	15	18.884	19.338	18.884	19.338
Total do passivo não circulante		52.678	60.989	53.524	61.869
Patrimônio líquido					
Capital social	17.1	74.445	74.445	74.445	74.445
Reservas legal	17.3	-	-	-	-
Prejuízos acumulados		(1.260)	(2.002)	(1.260)	(2.002)
		73.185	72.443	73.185	72.443
Total do passivo e do patrimônio líquido		158.814	166.781	160.477	167.825

A DIRETORIA					
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)					
	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida	21	67.130	75.096	67.962	75.568
Custo dos serviços prestados		(47.630)	(58.777)	(50.108)	(58.973)
Lucro bruto		19.500	16.319	17.854	16.595
Recargas (despesas) operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	22	(12.774)	(16.278)	(12.878)	(16.379)
Outras receitas (despesas)		-	(251)	-	(251)
Resultado equivalência patrimonial		(1.422)	1.605	-	-
Lucro/Prejuízo operacional		5.304	1.395	4.977	(35)
Resultados Financeiros					
Despesas financeiras	23	(8.337)	(8.958)	(9.160)	(8.980)
Receitas financeiras	24	4.022	5.372	5.173	6.824
		(4.315)	(3.586)	(3.987)	(2.156)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		989	(2.191)	989	(2.191)
Quantidade de ações (ote de 1.000 ações)		21.545	21.545	21.545	21.545
Lucro/Prejuízo por ação - em Reais		0,05	(0,10)	0,05	(0,10)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro ou prejuízo do período	989	(2.191)	989	(2.191)
Ajustes de eventos que não afetam o caixa e os equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	11.712	9.286	11.712	9.286
Resultado na venda de ativos permanentes		1	-	1
Resultado de equivalência patrimonial	1.422	(1.605)	-	-
Provisões Trabalhistas	1.315	883	1.315	883
Provisão para devedores duvidosos	654	663	654	663
	16.092	7.037	14.670	8.642
(Decréscimo) acréscimo em ativos				
Títulos e valores mobiliários	830	(3.708)	(155)	73.630
Contas a receber	(221)	(2.995)	42	(4.219)
Estoques	6	270	6	270
Tributos a recuperar	(2.089)	3.946	(2.271)	3.531
Outros créditos	194	7.368	112	5.656
Despesas do exercício seguinte	(17)	40	(63)	40
Depósitos judiciais e cauções	(1.773)	(2.924)	(1.773)	(2.924)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	(367)	(6.257)	(316)	(6.256)
Obrigações trabalhistas	(6.029)	(707)	(5.733)	-
Obrigações tributárias	2.512	(776)	2.776	(726)
Outras contas a pagar	(1.165)	(901)	(1.160)	(901)
Provisão para demandas judiciais	(1.769)	(4.709)	(1.768)	(4.709)
Caixa aplicado gerado pelas atividades operacionais	6.146	(3.540)	4.367	72.034
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Acréscimo/Redução de intangível		164	-	164
Acréscimo do imobilizado	(1.051)	(16.116)	(1.052)	(16.116)
Contas a receber de partes relacionadas	(1.894)	15.627	(115)	(59.947)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.945)	(325)	(1.167)	(75.899)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Liquidação/Ingressos de empréstimos	(3.455)	2.588	(3.455)	2.588
Contas a pagar para partes relacionadas		(1.304)	-	(1.304)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.455)	1.284	(3.455)	1.284
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(254)	(2.581)	(255)	(2.581)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	516	3.097	517	3.098
No fim do exercício	262	516	262	517
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	(254)	(2.581)	(255)	(2.581)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - (Em milhares de reais)					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	Notas explicativas	Capital social realizado	Reserva legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Reversão de reserva legal	17.3	-	(3.754)	3.754	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(2.191)	(2.191)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		74.445	-	(2.002)	72.443
Lucro líquido do exercício	17.1	-	-	989	989
Dividendos obrigatórios		-	-	(247)	(247)
Em 31 de dezembro de 2012		74.445	-	(1.260)	73.185

m) Ativos e passivos contingentes					
O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências ativas e passivas apresenta os seguintes conceitos:					
Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Companhia possui total controle da situação ou quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;					
Passivos contingentes: são contabilizados com base na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, levando em consideração a natureza das ações, existência de processos anteriores, posicionamento dos tribunais e complexidade da causa, sempre que a perda for avaliada como provável, os valores possam ser mensurados com suficiente segurança e haja perspectiva de provável saída de recurso. Para perdas classificadas como possíveis, os passivos não são contabilizados, sendo divulgados em nota explicativa. Perdas consideradas como remotas não são registradas ou divulgadas.					
3. Caixa e equivalentes de caixa:					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa		41	35	41	35
Bancos		221	481	221	482
		262	516	262	517
4. Títulos e valores mobiliários:					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Certificado de depósitos bancários		37.509	38.339	51.464	51.309
Total do curto prazo		37.509	38.339	51.464	51.309

práticas e políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na empresa consolidada e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pela eliminação:

- Da participação da Companhia no patrimônio líquido da empresa consolidada;
- Dos saldos de contas de ativo e do passivo mantidos com a Empresa consolidada;
- Dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas com a Empresa consolidada.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis:

a) Apuração do resultado
O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Os serviços são reconhecidos, quando da sua efetiva prestação, pelos valores de realização acordados contratualmente.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras, com liquidez imediata, registradas pelo valor de mercado ou valor equivalente e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Títulos e valores mobiliários
Incluem aplicações financeiras, registradas pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado, conforme disposições legais ou contratuais, e ajustadas ao valor provável de realização, quando este for inferior. As aplicações financeiras consideradas neste grupo são classificadas por categoria e mantidas até a data de vencimento. A abertura destas aplicações, por tipo de classificação, está apresentada na Nota Explicativa nº 04.

d) Contas a receber
Referem-se a faturas decorrentes da prestação de serviços, registradas pelo valor nominal. Para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, é constituída provisão, em montante considerado suficiente pela Administração.

e) Investimentos
Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O desajuste relacionado com a controlada é mantido em contra redutora do valor contábil do investimento, o qual somente sofrerá amortização em função da realização ou baixa do referido investimento.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em sua controlada sofreu perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e quando aplicável reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

f) Imobilizado líquido
Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial do pronunciamento técnico direcionado para a contabilidade de pequenas e médias empresas, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), em observância a instrução técnica ICPC-10 "Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e propriedade para investimento".

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos; (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; e (v) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

g) Arrendamento mercantil
Os contratos de arrendamento mercantil, financeiro, são reconhecidos, no ativo imobilizado e no passivo, como empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas, obrigatórias, do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos, incorridos na transação. São depreciados pelo prazo de vida útil-econômica, estimada dos bens.

h) Intangível
Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos ("impairment")
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a produção em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firmado na transação em bases comutativas, entre partes concededoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda, com base no preço de mercado de cada ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

j) Tributação
Impostos sobre serviços prestados
As receitas de serviços prestados estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%, dependendo da natureza do serviço prestado.

Impostos e contribuições sobre o lucro - correntes
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável.

k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos, futuros, serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puderem ser mensurados com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que algum recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando é provável a ocorrência de sua realização ou liquidação nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Instrumentos financeiros e derivativos
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação, que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre, a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em sua controlada sofreu perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e quando aplicável reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

f) Imobilizado líquido
Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial do pronunciamento técnico direcionado para a contabilidade de pequenas e médias empresas, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), em observância a instrução técnica ICPC-10 "Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e propriedade para investimento".

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos; (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; e (v) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

g) Arrendamento mercantil
Os contratos de arrendamento mercantil, financeiro, são reconhecidos, no ativo imobilizado e no passivo, como empréstimos e financiamentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

13 Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
IRRF	244	257	248	259
IRPJ	-	-	335	44
CSLL	-	-	-	15
CSRF/IRRF retidos	107	39	107	39
PIS/COFINS/CSLL retidos	-49	30	-11	30
ISS	192	195	203	201
PIS	131	52	131	54
COFINS	600	237	602	257
INSS retidos de terceiros	19	36	18	36
Parcelamento de tributos (a)	10.241	7.601	10.357	7751
Contribuição SESC/SENAC (b)	-	526	-	527
Total Geral	11.485	8.973	11.990	9.213

	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo no curto prazo	3.863	4.824	4.302	4.959
Saldo no longo prazo	7.622	4.149	7.688	4.254

(a) Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS IV, com parcelamento, em 36 meses, e vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do programa. Ressalte-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada ao não atraso no pagamento das prestações e, no que aplicável, à desistência de ações judiciais, relacionadas com os débitos parcelados.

Os débitos que serão incluídos do REFIS IV são, principalmente, aqueles originados do parcelamento, junto à Receita Federal do Brasil (RFB), para liquidação das obrigações tributárias, referentes aos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2007, pendentes de pagamento, em decorrência do bloqueio judicial dos ativos, comentado na Nota Explicativa nº 5. Na data da opção pelo parcelamento, o montante atualizado da dívida era de R\$ 9.171. O valor calculado para pagamento da parcela mínima, mensal, é de R\$192, estimando-se que o saldo remanescente possa ser quitado ao longo de 36 meses. O saldo a pagar, do parcelamento, é corrigido mensalmente pela variação da taxa SELIC. Esse processo foi devidamente quitado em novembro de 2012.

Em fevereiro de 2010, a Companhia requereu parcelamento à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, dos débitos de ISSQN, apurados por sua Matriz, nos meses de setembro a novembro de 2009, montando o valor de R\$ 840. O pleito foi deferido, para pagamento em 60 parcelas, com a parcela inicial no valor de R\$ 48 e as demais, no valor de R\$15.

(b) Parte da obrigação de 2008 no montante de R\$ 493 mil é composta por contribuições ao SESC/SENAC não recolhidas desde janeiro de 2005 em decorrência de liminar obtida pelo SINDEEPRES. Em 2009 esta obrigação foi reclassificada para o grupo de obrigações tributárias a longo prazo, o restante refere-se a contribuições ao INSS retidas de fornecedores, empregados e contribuição patronal a serem recolhidas.

14. Outras contas a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Dividendos a pagar	61	123	61	123
Repesses a fundação de previdência	1	2	1	2
Adiantamentos de Clientes	441	-	441	-
Repasso - Fenaseg	(574)	936	(574)	936
Fundo garantidor	456	386	456	386
Outras contas a pagar	61	162	63	162
	446	1.609	448	1.609

15. Provisão para demandas judiciais:

A Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscal, previdenciária e trabalhista, oriundos do curso normal dos seus negócios, e as manifestações sobre probabilidades de perdas foram emitidas por técnicos especializados e por advogados externos, conforme descrito, abaixo:

	31/12/11	Adição	Pagamento	Reversão	31/12/12
Previdenciários	-	-	-	-	-
Fiscais e Tributários	5.538	-	-	-	5.538
Trabalhista	13.800	567	-	(1.021)	13.346
	19.338	567	-	(1.021)	18.884

Os processos indicados como perdas prováveis foram integralmente provisionados nas demonstrações financeiras.

15.1. Provisão para demandas judiciais líquidas:

	31/12/12			31/12/11		
	Provisão	Deposito penhora judicial	Provisão líquida	Provisão	Deposito penhora judicial	Provisão líquida
Trabalhistas (a)	13.346	(17.552)	(4.206)	13.801	(15.782)	(1.981)
Fiscais e tributários (b)	5.538	(128)	5.413	5.537	(128)	5.409
Outros depósitos (c)	-	(232)	(232)	-	(227)	(227)
	18.884	(17.912)	972	19.338	(16.137)	3.201

(a) Reclamações trabalhistas, em face do risco operacional dos serviços prestados pela Companhia, em especial o de compensação de cheques, que a jurisprudência, ainda não pacificada, considera serviço bancário, com implicações diretas de pagamento de verbas exclusivas da categoria dos bancários, como: jornada de seis horas; horas extras (a 7ª e 8ª horas); anuênios; quinquênios; e consequentes reflexos nos cálculos do FGTS, INSS, IR, e TRCT. Até a data base de 31/12/2011 ocorreram bloqueios de recursos financeiros em duplicidade de alguns processos trabalhistas que provocaram um saldo superior ao valor provisionado como perda provável. Os advogados da Companhia estão empreendendo esforços visando fazer a liberação do excesso, entretanto em alguns casos os valores identificados como excesso estão bloqueados por ordem judicial, conforme comentado na nota explicativa nº 5.

(b) Parcela dessa provisão, no montante de R\$ 5.537, refere-se a processos judiciais de ISS, que vêm sendo objeto de discussão, uma vez que os municípios, quando da atuação da Companhia, desmembravam as fases dos serviços de Compensação, valendo-se do fato de as listas constantes da legislação, à época, não serem taxativas quanto aos serviços de compensação.

(c) Depósitos realizados em ações cíveis, que não possuem provisão pelo fato de nossos advogados entenderem como remota a chance de perda.

16. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):
O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados e registrados com base no resultado tributável, lucro real, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente:
Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social

Descrição	Controladora		Controlada	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Resultado antes dos impostos	989	(2.502)	989	(2.501)
Adições				
Diferenças temporárias	1.727	1.608	1.753	1.608
Equivalência patrimonial	1.491	-	-	-
Exclusões				
Diferenças temporárias	(724)	(972)	(772)	(972)
Diferenças permanentes	(1.223)	(443)	(1.223)	(443)
Equivalência patrimonial	(68)	(1.605)	-	-
Base de cálculo	2.192	(3.914)	747	(2.308)
Tributos sobre o lucro				
CSLL (9%)	(197)	-	(67)	-
IRPJ (15%)	(328)	-	(112)	-
Adicional de IRPJ (10%)	(195)	-	(75)	-
(-) Incentivo PAT (4%)	21	-	30	-

17. Patrimônio líquido:

17.1. **Capital social:**
O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 74.445, em 31 de dezembro de 2012, representado por 14.907.237 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e 6.637.900 ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Qtd Ações	%
Investimentos ATP S/A	9.099.073	42,23%
Fundação ASBACE de Ensino e Pesquisa (FAEP)	6.637.900	30,81%
Associação Nacional de Bancos - ASBACE. Essas ações estão em tesouraria, tendo em vista que a associação deu em pagamento de parte de uma dívida contraída junto à ATP S.A.	5.808.164	26,96%
	21.545.137	100%

17.2. Remuneração da administração:

A Companhia pagou a seus administradores, a título de honorários, salários e gratificações, o total de R\$ 2.088, em 31/12/2012 (R\$ 2.371 em 31/12/2011).

Em 31/12/2012, as contribuições da Companhia para o plano de pensão, em contrapartida à contribuição paga por seus administradores, totalizaram R\$ 155 (R\$ 147 em 31/12/2011). O plano de aposentadoria complementar, na modalidade de Contribuição Definida, estende-se a todos os funcionários da Companhia, com contribuições equivalentes entre empregado e empregadora.

17.3. Reserva legal:

Tendo em vista que a Companhia registrou prejuízo nos exercícios sociais de 2010 e 2011 não foi constituída a reserva legal de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações. O prejuízo apurado no exercício social de 2010 foi absorvido pelo saldo da conta de reserva legal. Já o prejuízo registrado no ano de 2011 foi escriturado na rubrica contábil de "Prejuízos acumulados".

17.4. Distribuição de lucros e participação estatutária:

Tendo em vista o registro de prejuízo contábil acumulado nos últimos exercícios sociais anteriores a Companhia ficou impossibilitada de realizar a distribuição de lucros. Todavia com a geração de lucro nesse exercício foram distribuídos os dividendos obrigatórios no valor de R\$ 247 (duzentos e quarenta e sete mil reais).

18. Plano de complementação de aposentadoria:

A Fundação Technos de Previdência Social é uma entidade fechada de previdência privada, que tem como finalidade a complementação da aposentadoria concedida pela previdência social oficial. A Companhia contribui para a manutenção de um Plano de Benefícios, sob a modalidade de Contribuição Definida, com valor igual ao da contribuição dos participantes, calculada de acordo com tabela variável baseada nos salários percebidos individualmente.

19. Seguros:

A Companhia adota política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. As apólices encontram-se em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes:

Praça	Data Início	Data Fim	Cobertura	Valor Segurado			
				em R\$			
Belém/PA	21/dez/12	21/dez/13	(1) Incêndio, Raio, Explosão; Fumaça (2) Danos Elétricos; (3) Roubo, Furto Qualif. De Bens; (4) Resp. Civil Operações	(1) R\$150.000,00 (2) R\$20.000,00 (3) R\$20.000,00 (4) R\$1.000,00			
			Brasília/DF - Sede	30/jun/12	30/jun/13	(1) Incêndio, Raio, Explosão; (2) Danos Elétricos; (3) Salvamento, Limpeza e/ou desentulho	(1) R\$12.000.000,00 (2) R\$100.000,00
						Florianópolis/SC	05/out/12
			Manaus/AM	05/out/12	05/out/13		
Recife/PE	05/out/12	05/out/13				(1) Incêndio, Raio, Explosão; (2) Danos Elétricos	(1) R\$668.350,00 (2) R\$20.000,00
			Fortaleza/CE	05/out/12	05/out/13	(1) Incêndio, Raio, Explosão, Fumaça (2) Roubo, Furto Qualif. De Bens (3) Roubo, F. Qualif. Val. Interior	(1) R\$575.000,00 (2) R\$30.000,00 (3) R\$15.000,00
Recife/PE	05/out/12	05/out/13				(1) Incêndio, Raio, Explosão; (2) Danos Elétricos	(1) R\$643.000,00 (2) R\$20.000,00
			Salvador/BA	05/out/12	05/out/13	(1) Incêndio, Raio, Explosão; (2) Danos Elétricos	(1) R\$904.992,00 (2) R\$20.000,00
São Paulo/SP	03/dez/12	03/dez/13				(1) Incêndio, Raio, Explosão; (2) Danos Elétricos	(1) R\$1.900.000,00 (2) R\$13.500,00
			Vitória/ES	21/jan/12	21/jan/13	(1) Tumultos e greves; (2) Roubo e furto qualificado de bens (3) Incêndio, Raio e Explosão (4) Vazamentos de tanques e tubulações	(1) R\$30.000,00 (2) R\$30.000,00 (3) R\$1.000.000,00 (4) R\$3.500,00

20. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, contas a pagar e fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em prazos não superiores a 12 meses. Considerando os prazos e características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos:

- Caixa e equivalentes de caixa: os valores em conta corrente, mantidos em bancos, têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- Títulos e valores mobiliários: os saldos das aplicações têm seus valores de mercado atualizados, conforme extrato do título custodiado em instituição bancária;
- Fornecedores: os valores estimados para as obrigações com fornecedores, decorrentes da contratação de serviços e aquisição de material;
- Instrumentos derivativos: a Companhia e sua controlada não participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não são titulares de quaisquer operações de "Swap" ou similares.

21. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receitas com prestação de serviços	77.090	79.512	78.064	80.025
Ressarcimento de custos	-	6.551	-	6.551
Deduções da receita impostos incidentes e outros	(9.960)	(10.967)	(10.102)	(11.008)
	67.130	75.096	67.962	75.568

22. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Pessoal Próprio	8.424	11.222	8.523	11.323
Prestadores E Estagiários	5	2	5	2
Serviços Essenciais	621	317	621	316
Aluguéis E Leasing	3	13	3	13
Manutenção	256	138	256	138
Serviços Especializados	2.489	3.702	2.489	3.695
Viagens E Seguros	105	153	105	152
Impostos, Taxas, Contribuições e Multas	134	86	134	95
Transporte E Locomoção	184	225	184	224
Materiais De Consumo	66	97	66	98
Assinaturas, Publicações	20	35	23	35
Despesas De Marketing	124	277	126	276
Depreciação E Amortização	342	94	342	94
Despesas Não Dedutíveis	0	5	0	5
Outras Despesas	2	4	2	4
Contas De Recuperação	(1)	(92)	(1)	(91)
	12.774	16.278	12.878	16.379

23. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Variáveis Monetárias Passivas	6.093	7.292	6.916	7.292
Juros/Multas Passivos	633	127	633	128
Taxas E Serviços Bancários	380	223	380	223
Comissão S/ Carta De Fiança	163	665	163	665
Descontos Concedidos	1.068	650	1.068	671
Multas Contratuais Passivas	0	1	0	1
	8.337	8.958	9.160	8.980

24. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Variáveis Monetárias Ativa	867	109	867	109
Descontos Obtidos	30	516	35	516
Juros/Multas Ativos	-18	840	-18	840
Rend. S/ Aplicação Em Fundos	71	80	102	80
Rend. S/ Aplicação Em CDB/CDI	3.072	3.827	4.187	5.279
	4.022	5.372	5.173	6.824

DIRETORIA

Sergio Darcy da Silva Alves
Diretor – Presidente

Durais Vogado Barreto
Diretor de Administração, Finanças e Controle

CONTADOR

Durais Vogado Barreto
CRC nº 13969/O-0 DF